LEI N. 4.122/2019

Autoriza o Poder Executivo a transferir recursos financeiros à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Piraju e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PIRAJU, Estado de São Paulo,

Faço saber que a Câmara Municipal da Estância Turística de Piraju aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal da Estância Turística de Piraju autorizado a repassar recursos financeiros à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE PIRAJU, associação civil de assistência social sem fins lucrativos, com sede na Estância Turística de Piraju/SP, na Rodovia SP 287 – km 30, inscrita no CNPJ sob n. 49.856.206/0001-07, destinados a colaborar com a manutenção dos serviços de Educação Especial às pessoas portadoras de deficiência intelectual, durante o Exercício Financeiro de 2019.

Art. 2º – No cumprimento do objeto desta Lei, fica definido como obrigações e competências das partes:

I - Da Prefeitura:

a) Repassar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Piraju, recursos financeiros através do FUNDEB, destinados à manutenção dos serviços de Educação Especial às pessoas portadoras de deficiência intelectual, no valor de até R$ 323.674,17 (trezentos e vinte e três mil, seiscentos e setenta e quatro reais e dezessete centavos) durante o exercício financeiro de 2019, conforme previsão orçamentária e dentro da disponibilidade financeira, regulamentada mediante a lavratura de correspondente termo de colaboração, onde constarão as respectivas obrigações e nos moldes Lei Federal n.º 13.019/2014 e suas alterações;

b) Cada liberação estará condicionada à aprovação, pelo concedente, da Prestação de Contas referente ao mês anterior, na forma estabelecida pelas Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

c) Receber e examinar as Prestações de Contas apresentadas e emitir parecer conclusivo anual;

d) Assinalar prazo para que a Entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento das obrigações sempre que se verificar alguma irregularidade, podendo a concedente suspender, por iniciativa própria, novas concessões aos inadimplentes;

e) O repasse de recursos financeiros à Entidade será feito durante o Exercício Financeiro de 2019.

II - Da Entidade:

a) Proporcionar atendimento especializado na Educação Especial às pessoas com deficiência, residentes no Município de Piraju;

b) Executar todas as ações, tarefas e atividades inerentes ao objetivo do projeto de acordo com o Plano de Trabalho apresentado;

c) Gerir os recursos financeiros repassados pelo Município através de conta bancária específica para movimentação exclusiva destes;

d) Encaminhar mensalmente à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Piraju a Prestação de Contas, acompanhada de documentação para comprovação das Receitas e Despesas referentes aos recursos recebidos, em conformidade com as Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

e) Manter a contabilidade, os procedimentos contábeis, bem como a relação nominal dos atendidos, atualizados e em ordem, sempre à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo, de forma a garantir o acesso às informações da correta aplicação e utilização dos recursos financeiros recebidos.

Art. 3º - Fica ainda o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R$ 323.674,17 (trezentos e vinte e três mil, seiscentos e vinte e três reais e dezessete centavos), a ser utilizado no exercício de 2019 e destinado à execução da ATIVIDADE 2.074 – Manutenção do Ensino Especial.

Art. 4º - O Crédito Adicional Especial autorizado nos termos do artigo primeiro será coberto com recursos da "ANULAÇÃO PARCIAL" da dotação 12.365.0004.2.007 – Manutenção do FUNDEB – 60% - Infantil – Ficha 038 – 3.1.90.11.00 – Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, com fonte de recursos 02 – Transferências e Convênios Estaduais – Vinculados, abrindo assim a seguinte dotação:

02.03.00 – Departamento de Educação – DEDUC
02.03.01 – Educação Básica – FUNDEB – 40%
12.367.0004.2.074 – Manutenção do Ensino Especial
3.3.50.43 – Subvenções Sociais.....R$ 323.674,17
Fonte de Recursos: 02 – Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados

Art. 5º - Fica incluído no Plano Plurianual para o quadriênio de 2018 à 2021, Lei nº 3.973/2017 e nas Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019, Lei nº 4.062/2018, a ATIVIDADE 2.074 – Manutenção do Ensino Especial, representada no Anexo III – Planejamento Orçamentário – PPA quadriênio de 2018 à 2021 – "Unidades Executoras e Ações voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental" que compõem o Plano Plurianual e no Anexo VI – Planejamento Orçamentário – LDO – 2019 – "Unidades Executoras e Ações voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental", que compõem as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019, e que será executado pela unidade orçamentária "Departamento de Educação - DEDUC e Unidade Executora - "Educação Básica FUNDEB 40%.

Art. 6º - A Entidade prestará contas ao Município da seguinte forma:

I - Prestação de Contas Mensal acompanhada de cópia dos documentos comprobatórios das Receitas e Despesas dos recursos recebidos;

II - Elaborar o demonstrativo integral das receitas e despesas computadas por fontes de recursos e por categorias ou finalidade de gastos, aplicados ao objeto do ato concessório, conforme modelo constante das Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

III - Relação dos documentos das despesas pagas, computadas na prestação de contas conforme modelo constante das Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

IV - Indicar, no corpo dos documentos originais das despesas, o número da norma autorizadora do repasse e o órgão público concessor a que se refere, extraindo-se, em seguida, as cópias autenticadas que serão juntadas nas prestações de contas;

V - Comprovante da devolução dos recursos financeiros não aplicados;

VI - Comprovação e Prestação de Contas Anual da aplicação dos recursos recebidos nos moldes das Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, até 31 de janeiro do ano subsequente;

VII - Cópia do balanço ou demonstração de receita e despesa, com indicação dos valores repassados pelo órgão concessor e a juntada da respectiva conciliação bancária, referente ao exercício em que o numerário foi recebido.

VIII - Certidão expedida pelo CRC comprovando habilitação profissional do responsável pelas demonstrações contábeis;

IX - Os documentos originais de receitas e despesas vinculados ao ato concessório, referentes à comprovação da aplicação dos recursos próprios e/ou repassados por ente público, após contabilizados, ficarão arquivados na entidade beneficiária.

Art. 7º - A Entidade compromete-se a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores repassados pelo Município, a partir da data de recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I - Inexecução do objeto do projeto, de acordo com especificações no Plano de Trabalho;

II - Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.

Art. 8º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento em vigor.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA
DE PIRAJU, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

JOSÉ MARIA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada no Departamento de Administração, na data supra.

PAULO DONIZETTI SARA
DIRETOR ADMINISTRATIVO